



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**

### **1. PREÂMBULO:**

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço por lote**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e nas condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

1.2. O pregão será realizado pelo Pregoeiro Oficial o Srº. **ROBERLANDIO SOUZA PINTO**, matrícula Nº 1050, designado pelo Decreto Municipal Nº 050, de 08 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JARBAS SILVA ABREU**, matrícula Nº 4.118 e **JOUBERT BRITO DA SILVA**, matrícula Nº 4.174.

1.3. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

#### **DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

DATA: **28 DE ABRIL DE 2026.**

HORÁRIO DA SESSÃO: **14H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

LOCAL: **[HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.5. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, através da plataforma eletrônica **<https://licitanet.com.br/>**.

1.6. Edital completo para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: **<https://licitanet.com.br/>**, Portal da transparência **<https://www.quijingue.ba.gov.br/site/editais>** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **<https://www.gov.br/pncp/pt-br>**.

1.7. A comunicação com a licitante vencedora será realizada preferencialmente por meio do endereço eletrônico informado no sistema licitatório, incluindo o e-mail **[prefeituradequijingue4@gmail.com](mailto:prefeituradequijingue4@gmail.com)**, sendo considerado válido o envio para tal endereço para fins de convocação para assinatura de ata ou contrato.

1.8. O licitante vencedor deverá aplicar, de forma linear, o percentual de desconto ofertado sobre todos os preços unitários constantes



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

da planilha orçamentária, vedada a aplicação de descontos diferenciados entre os itens, sob pena de desclassificação, com o objetivo de evitar distorções na composição dos preços (jogo de planilha).

## **2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

2.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de prestação de serviços para fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias Vinculadas a mesma, Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue.**

2.2. A licitação será composta por **lote único**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

## **3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção "DA HABILITAÇÃO".

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:**

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, exceto se demonstrada a viabilidade econômica, nos termos da legislação vigente.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.3.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

**3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente poderão usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente aqueles destinados à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, observados os critérios e limites estabelecidos na legislação vigente.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei Nº 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

### **3.6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:**

3.6.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.6.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.6.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.6.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.6.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.6.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.6.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.6.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.6.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**3.7. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

3.7.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.7.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.7.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.7.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.7.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.7.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

### **3.8. GARANTIA DA PROPOSTA**

3.8.1. Será exigida garantia da proposta como condição de participação no certame, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

3.8.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.8.3. A comprovação da garantia deverá ser apresentada até a abertura da sessão pública.

3.8.4. A ausência da garantia da proposta implicará na desclassificação da proposta.

3.8.5. A garantia será devolvida:

I. Aos licitantes não vencedores, após a homologação;

II. Ao licitante vencedor, após a assinatura do contrato.

3.8.6. A garantia será executada caso o licitante:

I. Retire sua proposta durante o prazo de validade;

II. Deixe de assinar o contrato ou não apresente a garantia contratual, quando exigida.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.1.2. Os documentos de habilitação serão enviados **posteriormente a fase de lances**, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.3. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, documentos em formato PDF emitidos pelos órgãos competentes. Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei Nº 14.133/2021).

4.1.4. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO GLOBAL DO LOTE, expresso em moeda nacional, incluindo todos os custos diretos e indiretos.

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. O licitante vencedor do certame poderá apresentar, juntamente com a sua proposta de preços, planilha de composição de custos, contendo a discriminação detalhada do preço ofertado, abrangendo todos os insumos, encargos, tributos, despesas indiretas e margem de lucro, de forma a demonstrar a formação do preço final.

5.7.1. Será obrigatória a apresentação da planilha de composição de custos quando a proposta apresentar desconto significativo que possa indicar indício de inexequibilidade.

5.7.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a planilha deverá ser apresentada no prazo a ser definido pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, acompanhada de documentos que comprovem a viabilidade econômica da proposta, tais como notas fiscais, contratos, orçamentos ou documentos equivalentes.

5.7.3. A não apresentação da planilha ou a comprovação insuficiente da exequibilidade da proposta poderá ensejar a desclassificação da licitante, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em "PDF" poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

5.10.1. O prazo de entrega deverá observar o disposto no Termo de Referência (**Anexo II**), contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento devidamente emitida e acompanhada da respectiva nota de empenho, conforme condições detalhadas no referido anexo.

5.10.2. O local de entrega será aquele definido no Termo de Referência (**Anexo II**), devendo ocorrer nas dependências do órgão ou entidade contratante, conforme indicado na Ordem de Fornecimento, observadas as condições e especificações constantes no referido instrumento.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O Agente de Contratação (Pregoeiro) e os licitantes. O Chat de mensagem, a critério do Agente de Contratação. O chat permanecerá disponível para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes durante a sessão, podendo ser utilizado conforme necessidade.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo valor **GLOBAL DO LOTE**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.12. O intervalo deverá ser de, no mínimo, 1% (um por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo igual ou superior aos valores definidos e especificados na tabela de itens do Termo de Referência deste Edital.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item "6.14", observando-se o seguinte:

6.15.1. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.15.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006, conforme regulamento específico.

6.15.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.10. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.15.14. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.15.14.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.15.14.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.15.14.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.15.14.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.15. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.15.15.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.15.15.2. Empresas brasileiras;

6.15.15.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.15.15.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.15.16. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, caso sua proposta permaneça acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.16.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.

6.15.17. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.19. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.20.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma.

6.15.20.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.20.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo lote, e convocação da empresa remanescente;

6.15.20.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.21. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. FASE DE JULGAMENTO:**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Nos termos do art. 59, § 4º da Lei nº 14.133/2021, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.13. Verificada a apresentação de proposta em valor inferior ao limite estabelecido no item anterior, a mesma será desclassificada, por caracterizar inexequibilidade, nos termos da legislação vigente.

7.14. Sem prejuízo do disposto acima, a Administração poderá realizar diligências para verificar a exequibilidade das propostas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. O licitante é responsável pela veracidade e consistência de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições ofertadas.

7.16. A adoção de parâmetros objetivos para identificação de propostas inexequíveis encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, notadamente do Tribunal de Contas da União, que reconhece a necessidade de critérios claros para evitar propostas inviáveis e assegurar a execução contratual.

7.17. Nesse sentido, destaca-se que a fixação de limite mínimo de exequibilidade, quando prevista em lei, visa resguardar a Administração Pública contrapropostas incompatíveis com os custos reais de execução, prevenindo riscos à execução contratual e prejuízos ao interesse público.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.1.3. Enviar a proposta final em arquivo editável (necessariamente nas extensões DOC, DOCX, XLS OU XLSX).

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei Nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas, fica ADVERTIDA** que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009).

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001](#), que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a sua verificação poderá ser a empresa desclassificada e penalizada por apresentar documentos sem legalidade e garantia de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade e temporalidade.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

criptográfico (HASH) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES Nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.7. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à habilitação, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):

9.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

## **10. DOS RECURSOS:**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

#### **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. Terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de 01 (um) dia, a contar da data do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1.**, **13.3.2.**, e **13.3.3.**, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, bem





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO II)** e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**.

#### **16. DO PAGAMENTO:**

16.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**, sendo parte integrante deste edital.

#### **17. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) <https://licitanet.com.br/>;

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **18. RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

18.1. Dos atos da Administração decorrentes deste procedimento caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer durante a sessão pública, sob pena de preclusão.

18.3. Manifestada a intenção de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, por meio do sistema eletrônico.

18.4. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do Pregoeiro/Agente de Contratação, que poderá:

I – Reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis; ou



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

II – Encaminhar o recurso devidamente informado à autoridade competente para julgamento definitivo.

18.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. Os recursos terão efeito suspensivo quando sua análise puder influenciar diretamente o resultado do certame.

18.8. Não serão conhecidos recursos:

18.8.1. Interpostos fora do prazo;

18.8.2. Sem manifestação prévia de intenção;

18.8.3. Apresentados de forma genérica ou sem fundamentação;

18.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.

19.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.quijingue.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: **Diário Oficial**).

19.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

19.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Quijingue/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 19.18.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- 19.18.2. ANEXO II – Termo de Referência
- 19.18.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta
- 19.18.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços
- 19.18.5. ANEXO V - Modelo de Credencial
- 19.18.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações
- 19.18.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato
- 19.18.8. ANEXO VIII – Ata de Registro de Preço

**Quijingue/BA, em 10 de abril de 2026.**

**José Romero Rocha Matos Filho**  
**Prefeito Municipal de Quijingue**

**Alexandre Mota Souza**  
**Secretário Municipal de Infraestrutura**

**Chiara Santana Ferreira**  
**Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico**

**Delma Conceição Silva Rocha**  
**Secretária Municipal de Educação**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**  
**Secretária Municipal de Saúde**

**Sélia Alves Soares**  
**Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**  
**ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**01 - INTRODUÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XX e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021**

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade subsidiar o planejamento da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias vinculadas, Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA.

Nos termos do art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar constitui documento integrante da fase preparatória da contratação, destinado a evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução sob os aspectos técnico, econômico e ambiental.

Em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o presente estudo tem como objetivo demonstrar a necessidade da contratação, analisar as alternativas disponíveis no mercado, avaliar a viabilidade técnica e econômica da solução pretendida e subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

A contratação pretendida insere-se no contexto da busca por eficiência energética, redução de custos operacionais com energia elétrica e promoção de sustentabilidade ambiental, mediante a utilização de fonte renovável de energia, alinhando-se às boas práticas de gestão pública e aos princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável.

Adicionalmente, a implantação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica visa:

Reduzir despesas continuadas com energia elétrica;

Aumentar a autonomia energética das unidades administrativas;

Contribuir para a sustentabilidade ambiental, com redução da emissão de gases de efeito estufa;

Promover maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar busca identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, garantindo a conformidade com a legislação vigente e a maximização dos benefícios para a Administração Pública.

**02 - INFORMAÇÕES GERAIS:**

**Fundamento Legal:**





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

O procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como da legislação correlata e dos Decretos Municipais nº 249/2022, nº 460/2024 e nº 81/2025, além das demais exigências previstas no edital e seus anexos.

**Objeto:**

Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica, destinados ao atendimento das Secretarias Municipais do Município de Quijingue/BA.

**Equipe de Planejamento:**

- Samuel de Matos Barreto – Matrícula nº 211326 – Coordenador da Comissão de Planejamento (Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico);

- Wellyngton Barbosa Portugal – Matrícula nº 211323 – Representante da Secretaria Municipal de Educação;

- Carlene Alves Cavalcante – Matrícula nº 4165 – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

- Ângela da Silva Santos – Matrícula nº 4167 – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**03 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

**Base legal: Art. 18, §1º, I.**

A presente contratação tem como finalidade atender à necessidade da Administração Municipal de Quijingue/BA quanto à redução dos custos com energia elétrica nas unidades administrativas, por meio da implantação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica.

Atualmente, as unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias vinculadas, Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde apresentam elevado consumo de energia elétrica, resultando em despesas contínuas e significativas para o erário municipal.

O diagnóstico da situação evidencia que:

Há gastos recorrentes e crescentes com energia elétrica, impactando o orçamento público;

A matriz energética utilizada é predominantemente convencional, sujeita a variações tarifárias;

Inexistem sistemas próprios de geração de energia nas unidades administrativas;

Há potencial técnico para implantação de sistemas fotovoltaicos, considerando as condições climáticas favoráveis da região.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Nesse contexto, a contratação visa solucionar o problema identificado por meio da adoção de tecnologia de geração de energia limpa e renovável, capaz de:

Reduzir significativamente os custos operacionais com energia elétrica;

Proporcionar maior previsibilidade orçamentária;

Promover a eficiência na gestão dos recursos públicos;

Contribuir para a sustentabilidade ambiental, mediante a redução da emissão de gases poluentes.

Ademais, a solução pretendida encontra respaldo nas diretrizes de incentivo à utilização de fontes renováveis de energia, bem como na regulamentação do sistema de compensação de energia elétrica, conforme normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Ressalta-se que a não contratação implicará na manutenção dos elevados custos atuais com energia elétrica, comprometendo a eficiência da gestão pública e a capacidade de investimento em outras áreas essenciais.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para atender ao interesse público, assegurando maior eficiência administrativa, economicidade e sustentabilidade.

#### ANÁLISE ECONÔMICA DA NECESSIDADE

Com base no levantamento do consumo de energia elétrica das unidades administrativas do Município de Quijingue/BA, verifica-se que os gastos com energia elétrica representam despesa contínua e relevante para a Administração Pública.

Considerando os dados apurados, estima-se que o consumo mensal consolidado das unidades analisadas totaliza aproximadamente 376.631 kWh/mês, resultando em um custo médio mensal estimado de R\$ 253.732,89.

Em termos anuais, a despesa com energia elétrica alcança aproximadamente R\$ 3.044.794,68, valor que impacta diretamente o orçamento público e reduz a capacidade de investimento em outras áreas essenciais.

Diante desse cenário, a adoção de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica apresenta-se como solução tecnicamente viável e economicamente vantajosa, com potencial de redução significativa dos custos operacionais ao longo do tempo.

A implantação da solução permitirá:

- Redução progressiva das despesas com energia elétrica;
- Maior previsibilidade orçamentária;
- Melhor alocação dos recursos públicos;
- Retorno econômico no médio e longo prazo.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Dessa forma, resta evidenciada não apenas a necessidade técnica da contratação, mas também sua relevância sob o aspecto econômico-financeiro.

#### **04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II.**

A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais e ambientais necessários à adequada execução do objeto, garantindo eficiência, segurança, durabilidade e conformidade com a legislação vigente.

##### **REQUISITOS TÉCNICOS**

A empresa contratada deverá fornecer e instalar sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede elétrica (on-grid), incluindo todos os equipamentos, materiais e serviços necessários à plena operação do sistema.

O sistema deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

Módulos Fotovoltaicos:

- Novos, de primeiro uso;
- Potência mínima de 540 Wp por módulo;
- Eficiência mínima de 20%;
- Certificação obrigatória pelo INMETRO;
- Garantia mínima de 10 anos contra defeitos de fabricação;
- Garantia de performance de no mínimo 80% após 25 anos.

Inversores:

- Compatíveis com a potência instalada;
- Certificação pelo INMETRO;
- Proteções integradas contra surtos, sobrecarga, sobre temperatura e falhas de rede;
- Monitoramento remoto via plataforma digital;
- Garantia mínima de 5 anos, podendo ser superior, conforme padrão de mercado.

Estruturas de Fixação:

- Fabricadas em material resistente à corrosão (alumínio ou aço galvanizado);
- Adequadas ao tipo de instalação (telhado ou solo);
- Projetadas para suportar cargas de vento e intempéries da região;
- Fixação segura, sem comprometer a estrutura existente.

Cabeamento e Proteções:

- Cabos solares com certificação e resistência UV;
- Conectores apropriados (tipo MC4 ou equivalente);
- Dispositivos de proteção (disjuntores, DPS, aterramento) conforme normas técnicas;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- Sistema de proteção contra surtos elétricos e descargas atmosféricas.

Sistema:

- Dimensionamento conforme consumo das unidades atendidas;  
- Operação no sistema on-grid (conectado à rede);  
- Compatibilidade com o sistema de compensação de energia elétrica;

- Integração com a rede da concessionária local.

Normas e Regulamentações:

O sistema deverá atender integralmente às normas vigentes, incluindo:

- Normas da ANEEL aplicáveis à geração distribuída;  
- Normas da ABNT (NBR 16690 e correlatas);  
- Regulamentos do INMETRO;  
- Normas de segurança do trabalho (NRs aplicáveis).

Garantia e Assistência Técnica:

- Garantia dos equipamentos conforme especificado;  
- Garantia da instalação;  
- Suporte técnico durante o período de garantia;  
- Correção de falhas sem ônus adicional à Administração.

A solução deverá assegurar desempenho adequado, durabilidade, segurança operacional e eficiência energética, atendendo integralmente às necessidades da Administração Pública.

**REQUISITOS OPERACIONAIS**

A execução deverá contemplar:

Elaboração de projeto executivo do sistema;  
Aprovação junto à concessionária de energia elétrica;  
Fornecimento e instalação completa dos equipamentos;  
Comissionamento e testes do sistema;  
Treinamento básico para operação e acompanhamento do sistema;

Entrega do sistema em pleno funcionamento.

**REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS**

A contratação deverá observar:

Normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, especialmente as relativas ao sistema de compensação de energia elétrica (geração distribuída);

Normas técnicas da ABNT (NBR 16690 e correlatas);

Certificações exigidas pelo INMETRO;

Normas de segurança do trabalho aplicáveis;

Legislação ambiental vigente.

**REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A solução deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes de desenvolvimento sustentável aplicáveis à Administração Pública.

Nesse sentido, a contratação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Utilização de fonte de energia limpa e renovável, por meio de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica;
- Contribuição para a redução das emissões de gases de efeito estufa, mediante a substituição parcial ou total do consumo de energia proveniente de fontes convencionais;
- Utilização de equipamentos com certificação pelo INMETRO e conformidade com normas técnicas aplicáveis, garantindo eficiência energética e menor impacto ambiental;
- Adoção de práticas ambientalmente adequadas durante a execução dos serviços, incluindo organização do canteiro, redução de desperdícios e uso racional de materiais;
- Destinação final ambientalmente adequada de resíduos gerados durante a instalação, especialmente embalagens, cabos, estruturas metálicas e demais componentes, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Observância das normas de segurança e proteção ao meio ambiente durante todas as etapas da execução contratual.

A contratada deverá, sempre que solicitado, comprovar o atendimento aos requisitos ambientais por meio de documentação pertinente, incluindo certificados, relatórios e registros de destinação de resíduos.

A adoção da solução proposta contribui diretamente para o cumprimento dos princípios da sustentabilidade, eficiência e responsabilidade ambiental na Administração Pública.

**REQUISITOS DE DESEMPENHO E QUALIDADE**

O sistema deverá garantir:

Eficiência energética adequada ao dimensionamento;

Funcionamento contínuo e seguro;

Redução efetiva dos custos com energia elétrica;

Conformidade com os parâmetros técnicos definidos em projeto.

**REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E GARANTIA**

A contratada deverá:

Assegurar garantia dos equipamentos e da instalação;

Prestar suporte técnico durante o período de garantia;

Realizar eventuais ajustes necessários ao pleno funcionamento do sistema.

**FISCALIZAÇÃO E COMPROVAÇÃO**





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ao qual competirá verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

A fiscalização abrangerá, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Conformidade da execução com o projeto executivo aprovado;
- Atendimento às normas técnicas aplicáveis (ANEEL, ABNT e INMETRO);
- Qualidade dos materiais, equipamentos e serviços empregados;
- Adequação do dimensionamento do sistema instalado;
- Regularidade da instalação elétrica e sistemas de proteção;
- Cumprimento dos prazos estabelecidos.

Para fins de comprovação da execução, a contratada deverá apresentar:

- Projeto executivo acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- Relatório de instalação e montagem do sistema;
- Relatório de comissionamento e testes operacionais;
- Laudo técnico de funcionamento do sistema;
- Comprovação de homologação e ativação junto à concessionária de energia elétrica;
- Manual técnico e documentação dos equipamentos instalados;
- Certificados de garantia dos equipamentos e serviços.

O recebimento do objeto ficará condicionado à verificação do pleno funcionamento do sistema e à comprovação de sua integração com a rede elétrica, com a devida geração e compensação de energia.

Somente após a validação técnica pela fiscalização será realizado o recebimento definitivo do objeto, nos termos contratuais.

**RESPONSABILIDADE TÉCNICA E REGULARIZAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA**

A contratada deverá elaborar projeto executivo completo do sistema, devidamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida por profissional habilitado, nos termos da legislação vigente.

Será de responsabilidade da contratada a aprovação do projeto junto à concessionária de energia elétrica, bem como a condução de todos os trâmites necessários à homologação do sistema de geração distribuída.

A contratada deverá garantir a efetiva conexão do sistema à rede elétrica, incluindo:

- Protocolo e acompanhamento do processo junto à concessionária;
- Adequações eventualmente exigidas;
- Obtenção de parecer de acesso;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- Aprovação técnica do projeto;
- Ativação do sistema;
- Liberação para operação e compensação de energia.

O sistema somente será considerado concluído após sua homologação junto à concessionária e início efetivo da geração e compensação de energia elétrica.

#### **05 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:**

**Base legal: Art. 18, §1º, III e V.**

A estimativa das quantidades para a presente contratação foi elaborada com base no levantamento detalhado do consumo de energia elétrica das unidades administrativas do Município de Quijingue/BA, abrangendo Secretarias, unidades escolares, unidades de saúde, prédios administrativos e demais estruturas públicas.

O levantamento considerou dados reais de consumo mensal (kWh) e valores faturados, obtidos a partir das faturas de energia elétrica das unidades consumidoras, devidamente consolidados e analisados.

Os dados utilizados foram consolidados a partir de levantamento técnico das unidades consumidoras do Município, não sendo necessária a apresentação individualizada neste estudo.

#### **CONSOLIDAÇÃO DA DEMANDA ENERGÉTICA**

Com base nos dados levantados, o consumo total estimado das unidades analisadas corresponde a aproximadamente 376.631 kWh/mês.

O custo mensal estimado com energia elétrica é de aproximadamente R\$ 253.732,89.

Em termos anuais, a despesa estimada totaliza R\$ 3.044.794,68.

#### **ESTIMATIVA DE POTÊNCIA INSTALADA**

Para fins de dimensionamento preliminar da solução, adota-se como referência técnica média a relação de geração de aproximadamente 1 kWp para cada 130 kWh/mês, considerando as condições de irradiação solar da região.

Dessa forma, estima-se a necessidade de implantação de sistemas com potência total aproximada de 2.897 kWp (aproximadamente 2,9 MWp).

Ressalta-se que a potência exata será definida na fase de elaboração do projeto executivo, a ser desenvolvido pela contratada, considerando as características específicas de cada unidade consumidora, bem como fatores como sombreamento, orientação e disponibilidade de área para instalação.

#### **RESUMO DA DEMANDA**

Diante do exposto, a demanda da Administração pode ser consolidada da seguinte forma:

- Consumo total estimado: 376.631 kWh/mês;
- Custo mensal estimado: R\$ 253.732,89;
- Custo anual estimado: R\$ 3.044.794,68;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- Potência estimada necessária: 2.897 kWp;
- Modelo de atendimento: geração distribuída, com possibilidade de implantação centralizada ou descentralizada.

A estimativa apresentada fornece base técnica suficiente para o planejamento da contratação, permitindo a adequada definição da solução a ser adotada no Termo de Referência, bem como a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

#### **06 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**Base legal: Art. 18, §1º, IV.**

Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade da Administração, bem como verificar a viabilidade técnica e econômica das alternativas existentes.

Foram analisadas as seguintes possibilidades:

I – Manutenção do modelo atual (sem implantação de geração própria):

- Permanência da dependência integral da concessionária;
- Manutenção de custos elevados e crescentes;
- Ausência de ganhos em eficiência energética.

II – Implantação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica:

- Redução significativa dos custos com energia elétrica;
- Utilização de fonte limpa e renovável;
- Retorno econômico no médio e longo prazo;
- Ampla disponibilidade de fornecedores especializados no mercado.

III – Contratação de soluções terceirizadas (locação/cessão de energia):

- Redução de investimento inicial;
- Dependência contratual de longo prazo;
- Menor autonomia da Administração.

Após análise comparativa, verificou-se que a implantação de sistemas próprios de geração de energia solar fotovoltaica, no modelo turn-key, apresenta-se como a solução mais vantajosa, considerando os aspectos técnicos, econômicos e operacionais.

O mercado apresenta ampla oferta de empresas capacitadas para execução do objeto, garantindo competitividade e viabilidade da contratação.

#### **07 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, V e Art. 23.**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente, especialmente o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

O valor estimado encontra-se detalhado em Relatório de Cotação de Preços constante do processo administrativo, elaborado com base em consultas a fornecedores especializados e sistemas eletrônicos de pesquisa de preços.

Diante dos levantamentos realizados, estima-se o valor global da contratação em: R\$ 36.888.831,34 (trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e trinta e quatro centavos).

O valor estimado reflete a realidade do mercado, considerando o escopo completo da solução, incluindo fornecimento, instalação, comissionamento e ativação dos sistemas.

#### **08 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), no modelo turn-key.

A contratação abrangerá todas as etapas necessárias à implantação do sistema, incluindo:

- Elaboração de projeto executivo;
- Fornecimento de equipamentos;
- Instalação completa;
- Comissionamento e testes;
- Homologação junto à concessionária;
- Entrega em pleno funcionamento.

Os sistemas operarão sob o regime de geração distribuída, permitindo compensação de créditos energéticos e redução do consumo faturado.

A solução poderá ser implantada de forma centralizada ou descentralizada, conforme viabilidade técnica.

A escolha do modelo turn-key garante responsabilidade única da contratada, maior eficiência e redução de riscos na execução.

#### **09 - PARCELAMENTO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VIII e Art. 40, V, "b".**

A definição acerca do parcelamento do objeto foi realizada com base em análise técnica, econômica e operacional, considerando as características da contratação e as condições do mercado.

##### **ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE**

O objeto da contratação — fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica — apresenta, em tese, possibilidade de divisão por unidades consumidoras ou por etapas (projeto, fornecimento e instalação).

Contudo, a análise técnica demonstrou que tais etapas são interdependentes e tecnicamente integradas, sendo necessárias para a plena funcionalidade do sistema.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

#### INVIABILIDADE DO PARCELAMENTO

A adoção do parcelamento do objeto não se mostra vantajosa para a Administração, pelos seguintes motivos:

Integração técnica do sistema

Os sistemas fotovoltaicos exigem compatibilidade entre todos os componentes (módulos, inversores, estrutura, cabeamento e proteção), sendo recomendável que a responsabilidade pela solução seja única.

Responsabilidade técnica unificada

A execução por múltiplos fornecedores poderia:

Gerar conflitos de responsabilidade;

Dificultar a identificação de falhas;

Comprometer a garantia do sistema;

Aumentar riscos na execução contratual.

Eficiência operacional

A contratação integrada (turn-key) permite:

Maior controle da execução;

Redução de custos administrativos;

Melhor coordenação das etapas;

Maior celeridade na entrega.

Economicidade

A contratação em lote único:

Reduz custos indiretos;

Evita sobreposição de despesas;

Permite ganhos de escala;

Favorece a obtenção de proposta mais vantajosa.

#### COMPETITIVIDADE

A não divisão do objeto não compromete a competitividade do certame, uma vez que:

Há número suficiente de empresas no mercado capazes de executar o objeto integralmente;

O modelo turn-key é amplamente adotado no setor;

A exigência é compatível com a prática de mercado.

Diante do exposto, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a solução mais adequada, por razões técnicas e econômicas, garantindo maior eficiência, segurança na execução e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

A decisão encontra respaldo no art. 40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021, que admite a não divisão do objeto quando tecnicamente justificada.

#### **10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, X.**

Após análise técnica do objeto pretendido, verificou-se que a contratação de prestação de serviços para fornecimento e instalação de





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

sistemas de geração de energia solar fotovoltaica não depende diretamente de outras contratações em andamento ou planejadas, sendo possível sua execução de forma autônoma.

Ressalta-se que a solução adotada contempla o modelo integrado (turn-key), no qual estão incluídas todas as etapas necessárias à implantação do sistema, tais como projeto, fornecimento de equipamentos, instalação, comissionamento e entrada em operação, não havendo necessidade de contratações complementares para sua plena funcionalidade.

Entretanto, destaca-se que a execução do objeto exige a interação institucional com a concessionária de energia elétrica, no que se refere à aprovação do projeto, vistoria e conexão do sistema à rede elétrica, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não se caracterizando, contudo, como contratação correlata ou interdependente, mas sim como procedimento administrativo inerente à natureza da solução.

Adicionalmente, não se identificam contratações que possam gerar ganhos de escala relevantes ou que justifiquem a adoção de estratégia conjunta com outros órgãos ou entidades, considerando a especificidade da demanda e sua vinculação direta às unidades administrativas do Município.

Dessa forma, conclui-se que não há contratações correlatas ou interdependentes que impactem ou condicionem a execução do objeto, estando a contratação plenamente apta à execução de forma independente, em conformidade com o planejamento realizado.

#### **11 - PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:**

**Base legal: Art. 18 e Art. 12, VII.**

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Administração Pública Municipal, estando vinculada às ações voltadas à melhoria da eficiência energética, redução de despesas correntes e promoção da sustentabilidade ambiental nas unidades administrativas do Município de Quijingue/BA.

Nos termos do art. 12, inciso VII da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve observar o planejamento das contratações como instrumento de governança, de modo a assegurar a racionalidade dos gastos públicos e a eficiência na gestão dos recursos.

Ressalta-se que, até o presente momento, o Município encontra-se em processo de estruturação do Plano de Contratações Anual (PCA), razão pela qual a presente demanda não consta formalmente em instrumento consolidado de planejamento anual.

Entretanto, a contratação está devidamente justificada no âmbito administrativo, sendo decorrente de necessidade concreta e atual das Secretarias envolvidas, especialmente diante do elevado consumo de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

energia elétrica e da necessidade de adoção de soluções que promovam redução de custos e maior eficiência operacional.

Ademais, a iniciativa encontra respaldo nas diretrizes de modernização da gestão pública, sustentabilidade e uso racional de recursos, estando compatível com os objetivos institucionais da Administração.

Dessa forma, ainda que não formalmente inserida em Plano de Contratações Anual, a presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento administrativo e às prioridades institucionais, atendendo ao disposto na legislação vigente.

## **12 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:**

**Base legal: art. 18, § 1º, incisos IV, VI e VII; Art. 28 e art. 5º CF.**

A definição da solução adotada para atendimento da necessidade administrativa foi realizada com base no levantamento de mercado, na análise das alternativas disponíveis e na avaliação dos resultados pretendidos, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, incisos IV, VI e VII da Lei nº 14.133/2021.

Foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

Execução direta pela Administração Pública;

Contratação segmentada (projeto, fornecimento e instalação em processos distintos);

Contratação integrada por meio de fornecimento e instalação completa do sistema fotovoltaico.

A alternativa de execução direta mostrou-se inviável, tendo em vista a ausência de estrutura técnica especializada, mão de obra qualificada e capacidade operacional para desenvolvimento e implantação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica.

A contratação segmentada, por sua vez, embora possível sob o ponto de vista teórico, revelou-se inadequada diante da natureza técnica do objeto, que exige integração entre projeto, fornecimento de equipamentos, instalação e comissionamento, sendo tal fragmentação potencialmente geradora de riscos operacionais, aumento de custos e dificuldade na atribuição de responsabilidades.

Diante disso, optou-se pela contratação de solução integrada, no modelo turn-key (chave na mão), abrangendo todas as etapas necessárias à implantação e funcionamento do sistema, o que se mostra mais eficiente, seguro e economicamente vantajoso.

Adicionalmente, quanto à forma de contratação, verificou-se que o objeto se enquadra como serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, sendo adequada a utilização da modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A escolha da solução adotada encontra-se alinhada aos princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, bem como aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A solução integrada permite:

Maior eficiência na execução contratual;

Redução de custos administrativos;

Mitigação de riscos operacionais;

Responsabilidade técnica unificada;

Maior previsibilidade de resultados;

Otimização da aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação por meio de Pregão Eletrônico, com execução integrada do objeto, constitui a solução mais adequada para atendimento da necessidade da Administração, sob os aspectos técnico, econômico e operacional, por se tratar de serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

### **13 - RESULTADOS PRETENDIDOS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VII.**

A contratação da solução de geração de energia solar fotovoltaica visa alcançar resultados concretos e mensuráveis, alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade da Administração Pública.

#### **RESULTADOS ESPERADOS**

Com a implantação dos sistemas fotovoltaicos, pretende-se:

Redução de custos com energia elétrica

Diminuição significativa das despesas mensais com consumo de energia elétrica;

Redução de gastos correntes continuados, liberando recursos para outras áreas essenciais;

Maior previsibilidade orçamentária.

Melhoria da eficiência administrativa

Otimização da gestão de despesas públicas;

Redução de custos operacionais das unidades administrativas;

Melhor alocação dos recursos financeiros.

Autossuficiência energética parcial

Geração própria de energia pelas unidades públicas;

Redução da dependência da concessionária;

Utilização do sistema de compensação de energia elétrica.

Sustentabilidade ambiental

Utilização de fonte limpa e renovável de energia;

Redução da emissão de gases de efeito estufa;

Contribuição para práticas sustentáveis na Administração Pública.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Valorização do patrimônio público  
Modernização das unidades administrativas;  
Incorporação de tecnologia eficiente;  
Aumento da vida útil das estruturas energéticas.  
INDICADORES DE RESULTADO

Para aferição dos resultados, poderão ser utilizados os seguintes indicadores:

Redução percentual na fatura de energia elétrica;  
Quantidade de energia gerada (kWh/mês);  
Relação entre energia consumida e energia compensada;  
Redução de custos anuais com energia;  
Desempenho do sistema conforme parâmetros técnicos.

Os resultados pretendidos demonstram que a contratação contribuirá diretamente para o aprimoramento da gestão pública, promovendo economia de recursos, eficiência administrativa e sustentabilidade ambiental, em consonância com o interesse público e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

#### **14 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, IX.**

Para assegurar a adequada execução do objeto e o pleno atendimento da necessidade administrativa, a Administração deverá adotar previamente à contratação as seguintes providências:

Organização administrativa e designação de responsáveis

Designação formal de servidor(es) para atuar como gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

Definição das atribuições de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

Levantamento técnico e adequação das unidades

Identificação e validação das unidades que receberão os sistemas fotovoltaicos;

Verificação das condições estruturais dos locais de instalação (telhados, áreas disponíveis, orientação solar);

Levantamento das cargas elétricas e padrões de consumo;

Análise de viabilidade técnica para conexão à rede elétrica.

Regularização junto à concessionária de energia

Levantamento das unidades consumidoras junto à concessionária;

Verificação de titularidade das contas de energia;

Organização da documentação necessária para solicitação de acesso à rede;

Acompanhamento do processo de aprovação dos projetos.

Planejamento da execução e logística

Definição de cronograma preliminar de implantação;

Organização do acesso às unidades administrativas;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Planejamento da logística de instalação e transporte de equipamentos;

Definição de áreas para armazenamento temporário de materiais.

Adequação orçamentária e financeira

Confirmação da disponibilidade orçamentária;

Vinculação da despesa à dotação adequada;

Planejamento do fluxo financeiro para execução contratual.

Estruturação dos mecanismos de controle

Definição de rotinas de acompanhamento da execução;

Estabelecimento de critérios de medição e aceitação dos serviços;

Criação de registros de fiscalização e relatórios de acompanhamento.

Capacitação e preparação operacional

Orientação dos servidores responsáveis quanto ao funcionamento básico do sistema;

Preparação das unidades para recebimento da solução;

Alinhamento entre as Secretarias envolvidas.

Gestão de riscos

Identificação prévia de riscos operacionais e técnicos;

Definição de medidas mitigadoras;

Acompanhamento contínuo durante a execução.

As providências elencadas visam garantir que a contratação seja executada de forma eficiente, segura e em conformidade com os objetivos da Administração, reduzindo riscos e assegurando a adequada implementação da solução.

#### **15 - IMPACTOS AMBIENTAIS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, XII.**

A contratação para fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica apresenta impactos ambientais predominantemente positivos, por se tratar de solução baseada em fonte de energia limpa, renovável e de baixo impacto ambiental.

##### **IMPACTOS AMBIENTAIS POSITIVOS**

A implantação do sistema fotovoltaico proporcionará:

Redução da dependência de fontes de energia não renováveis;

Diminuição da emissão de gases de efeito estufa;

Contribuição para a mitigação das mudanças climáticas;

Incentivo ao uso de tecnologias sustentáveis na Administração

Pública;

Melhoria do desempenho ambiental das unidades administrativas.

##### **IMPACTOS AMBIENTAIS POTENCIAIS (NEGATIVOS)**

Durante a execução e operação do objeto, poderão ocorrer impactos de baixa relevância, tais como:





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Geração de resíduos provenientes de embalagens dos equipamentos;

Resíduos decorrentes da instalação (fixações, cabos, sobras de materiais);

Eventual necessidade de descarte futuro de componentes (módulos e inversores ao final da vida útil);

Interferência temporária nas áreas de instalação.

**MEDIDAS MITIGADORAS**

Para minimizar os impactos negativos, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;

Utilização de equipamentos certificados e com maior durabilidade;

Adoção de boas práticas de instalação, evitando danos às estruturas existentes;

Priorização de fornecedores que adotem práticas sustentáveis;

Cumprimento da legislação ambiental vigente.

**SUSTENTABILIDADE DA SOLUÇÃO**

A solução proposta apresenta elevada sustentabilidade, considerando:

Geração de energia a partir de fonte renovável;

Longa vida útil dos sistemas (em média superior a 25 anos);

Baixa necessidade de manutenção;

Redução contínua de impactos ambientais ao longo do tempo.

Diante do exposto, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são amplamente favoráveis, sendo os eventuais impactos negativos de baixa magnitude e plenamente mitigáveis, o que reforça a viabilidade ambiental da solução proposta.

**16 - MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, X.**

A análise de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e propor medidas para mitigação dos eventos que possam comprometer o êxito da contratação, garantindo maior segurança jurídica, eficiência e continuidade na execução do objeto.

Risco Identificado	Causa	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Mitigadoras
Atraso na execução dos serviços	Problemas logísticos, fornecimento ou planejamento	Média	Alto	Alto	Estabelecimento de cronograma detalhado, fiscalização rigorosa e aplicação de penalidades



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

					contratuais
Fornecimento de equipamentos inadequados	Falhas na especificação ou controle de qualidade	Baixa	Alto	Médio	Exigência de certificações (INMETRO), fiscalização técnica e critérios objetivos no TR
Falhas na instalação do sistema	Erro técnico ou mão de obra inadequada	Média	Alto	Alto	Exigência de qualificação técnica e acompanhamento por fiscal designado
Não aprovação do projeto pela concessionária	Inconsistências técnicas no projeto	Baixa	Alto	Médio	Elaboração de projeto conforme normas da concessionária e acompanhamento do processo
Baixo desempenho do sistema	Dimensionamento inadequado ou falhas técnicas	Baixa	Alto	Médio	Exigência de projeto técnico detalhado e garantia de desempenho
Variação de preços de equipamentos	Oscilações de mercado	Média	Médio	Médio	Pesquisa de preços atualizada e definição adequada do valor estimado
Danos à estrutura física das unidades	Instalação inadequada	Baixa	Médio	Baixo	Avaliação prévia das estruturas e execução conforme normas técnicas
Problemas na compensação de energia	Falhas no cadastro ou conexão	Baixa	Médio	Baixo	Acompanhamento junto à concessionária e validação técnica do



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

					sistema
Inexecução contratual	Problemas financeiros ou operacionais da contratada	Baixa	Alto	Médi o	Exigência de habilitação econômico-financeira e aplicação de sanções
Acidentes de trabalho	Falta de cumprimento de normas de segurança	Baixa	Alto	Médi o	Exigência de cumprimento das normas de segurança e uso de EPIs

**CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS**

Alto: exige controle rigoroso e monitoramento contínuo

Médio: exige acompanhamento e medidas preventivas

Baixo: risco controlável com medidas padrão

**ESTRATÉGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Administração adotará as seguintes estratégias:

Acompanhamento contínuo da execução contratual;

Atuação ativa do gestor e fiscal do contrato;

Aplicação de penalidades em caso de descumprimento;

Registro e monitoramento dos eventos ocorridos;

Adoção de medidas corretivas imediatas.

A análise de riscos demonstra que os eventos identificados são gerenciáveis e mitigáveis, não comprometendo a viabilidade da contratação, desde que adotadas as medidas mitigadoras e o adequado acompanhamento da execução contratual.

**17 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, XIII.**

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica mostra-se tecnicamente viável, economicamente vantajosa e ambientalmente adequada para o atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal de Quijingue/BA.

Sob o aspecto técnico, verificou-se a plena viabilidade da implantação dos sistemas, considerando as condições estruturais das unidades administrativas, a disponibilidade de tecnologia consolidada no mercado e a adequação às normas regulatórias aplicáveis.

No aspecto econômico, a solução demonstra-se vantajosa, tendo em vista a redução significativa dos custos com energia elétrica ao longo do



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

tempo, a previsibilidade orçamentária e a otimização da aplicação dos recursos públicos, conforme estimativas e levantamentos realizados.

Do ponto de vista operacional, a adoção do modelo integrado de execução (turn-key) proporciona maior eficiência na implantação, mitigação de riscos e melhor controle da execução contratual, assegurando a funcionalidade do sistema.

Quanto ao aspecto ambiental, a solução apresenta impactos positivos relevantes, contribuindo para a utilização de fonte limpa e renovável de energia, redução das emissões de gases de efeito estufa e promoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública.

Adicionalmente, verificou-se que:

Há disponibilidade de fornecedores no mercado aptos à execução do objeto;

A solução encontra respaldo nas práticas consolidadas do setor;

Os riscos identificados são mitigáveis mediante as medidas previstas;

A contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Dessa forma, com fundamento no art. 18, §1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, conclui-se pela **viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório, com a adoção das medidas necessárias à sua regular formalização e execução.

**Quijingue/BA, em 10 de abril de 2026.**

**Alexandre Mota Souza**

**Secretário Municipal de Infraestrutura**

**Chiara Santana Ferreira**

**Secretária de Administração, Planejamento e  
Desenvolvimento Econômico**

**Delma Conceição Silva Rocha**

**Secretária Municipal de Educação**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**

**Secretária Municipal de Saúde**

**Sélia Alves Soares**

**Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**  
**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**01 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XXIII e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), destinados às unidades administrativas do Município de Quijingue/BA, incluindo Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social, Educação e Saúde.

1.2. Os itens encontram-se agrupados em lote único, considerando a natureza integrada da solução (turn-key).

1.3. Os itens encontram-se organizados em subgrupos técnicos distintos (on-grid, híbrido e off-grid), mantendo-se, contudo, a contratação em lote único em razão da natureza integrada da solução.

1.4. Os itens repetidos referem-se a diferentes sistemas/unidades de implantação, sendo necessários para cada conjunto técnico individualizado.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO
1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA	M²	4,5	R\$ 520,00
1.2	PROJETO EXECUTIVO COM ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA, INCLUSIVE DESPESAS COM A CONCESSIONARIA	SERVIÇO	20	R\$ 26.000,00
1.3	MODULO FOTOVOLTAICO 585.00 WP	UNID	3400	R\$ 2.999,77
1.4	INVERSORES FOTOVOLTAICOS ONGRID TRIFÁSICOS 380V 75KW	UNID	20	R\$ 50.166,67
1.5	CABO CORRENTE CONTINUA 6.00 MM	M	33184	R\$ 25,58
1.6	SISTEMA DE PROTEÇÃO E INTERLIGAÇÃO C.A, DIJUNTORES, DPS, CABEAMENTO	UNID	20	R\$ 11.436,67
1.7	KIT DE FIXACAO DOS MODULOS 4 PAINES	KIT	850	R\$ 2.558,33
1.8	SISTEMA DE ATERRAMENTO	UNID	20	R\$ 10.233,33
1.9	INSTALAÇÃO DE CABOS, TUBULAÇÕES E CONEXÕES, INCLUSO TODO MATERIAL NECESSARIO	SERVIÇO	20	R\$ 19.800,00





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

<b>1.10</b>	INTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS E DESCARGAS, INCLUSIVE QUADROS	SERVIÇO	20	R\$ 10.233,33
<b>1.11</b>	GUARDA E SEGURANÇA DE TODO EQUIPAMENTO ENTREGUE ATÉ O FINAL DA INSTALAÇÃO	SERVIÇO	20	R\$ 10.250,73
<b>1.12</b>	INSTALAÇÃO DE MODULOS FOTOVOLTAICOS, INCLUSIVE ESTRUTURA	SERVIÇO	3400	R\$ 307,00
<b>1.13</b>	DESLOCAMENTO, ESTADIA E ALIMENTAÇÃO DAS EQUIPES DE INSTALAÇÃO	SERVIÇO	20	R\$ 8.186,67
<b>1.14</b>	PROJETO AS BUILT	SERVIÇO	20	R\$ 12.300,00
<b>1.15</b>	IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE MONITORAMENTO E CONSUMO ENERGETICO	SERVIÇO	20	R\$ 4.320,00
<b>1.16</b>	COMISSIONAMENTO DO SISTEMA	SERVIÇO	20	R\$ 7.680,00
<b>1.17</b>	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA	M <sup>2</sup>	4,5	R\$ 520,00
<b>1.18</b>	PROJETO EXECUTIVO COM ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA, INCLUSIVE DESPESAS COM A CONCESSIONARIA	SERVIÇO	3	R\$ 26.000,00
<b>1.19</b>	MODULO FOTOVOLTAICO 585.00 WP	UNID	768	R\$ 2.996,97
<b>1.20</b>	INVERSORES FOTOVOLTAICOS HÍBRIDO TRIFÁSICOS 380V 75KW	UNID	3	R\$ 133.033,33
<b>1.21</b>	CABO CORRENTE CONTINUA 6.00 MM	M	7500	R\$ 25,58
<b>1.22</b>	SISTEMA DE PROTEÇÃO E INTERLIGAÇÃO C.A, DIJUNTORES, DPS, CABEAMENTO	UNID	3	R\$ 15.350,00
<b>1.23</b>	KIT DE FIXACAO DOS MODULOS 4 PAINES	KIT	192	R\$ 2.558,33
<b>1.24</b>	RACK ATÉ 5 BATERIAS DE LÍTIO	UNID	12	R\$ 14.445,00
<b>1.25</b>	INSTALAÇÃO DE BATERIAS DE LITIO	UNID	60	R\$ 30.265,00
<b>1.26</b>	BMS PARA BATERIAS HV	UNID	3	R\$ 30.195,00



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

<b>1.27</b>	SISTEMA DE ATERRAMENTO	UNID	3	R\$ 10.233,33
<b>1.28</b>	INSTALAÇÃO DE CABOS, TUBULAÇÕES E CONEXÕES, INCLUSO TODO MATERIAL NECESSARIO	SERVIÇO	3	R\$ 19.800,00
<b>1.29</b>	INTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS E DESCARGAS, INCLUSIVE QUADROS	SERVIÇO	3	R\$ 10.233,33
<b>1.30</b>	GUARDA E SEGURANÇA DE TODO EQUIPAMENTO ENTREGUE ATÉ O FINAL DA INSTALAÇÃO	SERVIÇO	3	R\$ 10.250,73
<b>1.31</b>	INSTALAÇÃO DE MODULOS FOTOVOLTAICOS, INCLUSIVE ESTRUTURA	SERVIÇO	768	R\$ 307,00
<b>1.32</b>	DESLOCAMENTO, ESTADIA E ALIMENTAÇÃO DAS EQUIPES DE INSTALAÇÃO	SERVIÇO	3	R\$ 8.186,67
<b>1.33</b>	PROJETO AS BUILT	SERVIÇO	3	R\$ 12.280,00
<b>1.34</b>	IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE MONITORAMENTO E CONSUMO ENERGETICO	SERVIÇO	3	R\$ 4.320,00
<b>1.35</b>	COMISSIONAMENTO DO SISTEMA	SERVIÇO	3	R\$ 7.680,00
<b>1.36</b>	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA	M²	4,5	R\$ 520,00
<b>1.37</b>	PROJETO EXECUTIVO COM ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA, INCLUSIVE DESPESAS COM A CONCESSIONARIA	SERVIÇO	5	R\$ 26.000,00
<b>1.38</b>	MODULO FOTOVOLTAICO 585.00 WP	UNID	1280	R\$ 2.999,77
<b>1.39</b>	INVERSORES FOTOVOLTAICOS ONGRID TRIFÁSICOS 380V 75KW	UNID	5	R\$ 50.166,67
<b>1.40</b>	CABO CORRENTE CONTINUA 6.00 MM	M	12500	R\$ 25,58
<b>1.41</b>	SISTEMA DE PROTEÇÃO E INTERLIGAÇÃO C.A, DIJUNTORES, DPS, CABEAMENTO	UNID	5	R\$ 15.350,00
<b>1.42</b>	KIT DE FIXACAO DOS MODULOS 4 PAINES SOLO METALICO	KIT	320	R\$ 4.485,00
<b>1.43</b>	SISTEMA DE ATERRAMENTO	UNID	5	R\$ 10.233,33



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

<b>1.44</b>	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO SIMPLIFICADA DE 75 KVA, INCLUSIVE QUADRO DE MEDIÇÃO E PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, CONFORME NORMAS VIGENTES	UNID	2	R\$ 134.000,00
<b>1.45</b>	INSTALAÇÃO DE CABOS, TUBULAÇÕES E CONEXÕES, INCLUSO TODO MATERIAL NECESSARIO	SERVIÇO	5	R\$ 19.800,00
<b>1.46</b>	INTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS E DESCARGAS, INCLUSIVE QUADROS	SERVIÇO	5	R\$ 10.233,33
<b>1.47</b>	GUARDA E SEGURANÇA DE TODO EQUIPAMENTO ENTREGUE ATÉ O FINAL DA INSTALAÇÃO	SERVIÇO	5	R\$ 10.250,73
<b>1.48</b>	INSTALAÇÃO DE MODULOS FOTOVOLTAICOS, INCLUSIVE ESTRUTURA	SERVIÇO	1280	R\$ 307,00
<b>1.49</b>	DESLOCAMENTO, ESTADIA E ALIMENTAÇÃO DAS EQUIPES DE INSTALAÇÃO	SERVIÇO	5	R\$ 8.186,67
<b>1.50</b>	PROJETO AS BUILT	SERVIÇO	5	R\$ 12.280,00
<b>1.51</b>	IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE MONITORAMENTO E CONSUMO ENERGETICO	SERVIÇO	5	R\$ 4.320,00
<b>1.52</b>	COMISSIONAMENTO DO SISTEMA	SERVIÇO	5	R\$ 7.680,00
<b>1.53</b>	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA	M²	4,5	R\$ 1.825,00
<b>1.54</b>	MODULO FOTOVOLTAICO 585.00 WP	UNID	1.032	R\$ 2.999,77
<b>1.55</b>	DRIVER/INVERSOR 30KW OFFGRID TRIFÁSICO 380V	UNID	10	R\$ 20.350,00
<b>1.56</b>	QUADRO AUTOMACAO FOTOVOLTAICO X REDE	KIT	10	R\$ 2.558,33
<b>1.57</b>	CABO CORRENTE CONTINUA 6.00 MM	M	9288	R\$ 25,58
<b>1.58</b>	SISTEMA DE PROTEÇÃO E INTERLIGAÇÃO C.A, DIJUNTORES, DPS, CABEAMENTO	UNID	10	R\$ 15.350,00
<b>1.59</b>	KIT DE FIXACAO DOS MODULOS 4 PAINEIS SOLO METALICO	KIT	258	R\$ 4.485,00
<b>1.60</b>	SISTEMA DE ATERRAMENTO	UNID	10	R\$



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

				10.233,33
<b>1.61</b>	INSTALAÇÃO DE CABOS, TUBULAÇÕES E CONEXÕES, INCLUSO TODO MATERIAL NECESSARIO	SERVIÇO	10	R\$ 19.800,00
<b>1.62</b>	INTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS E DESCARGAS, INCLUSIVE QUADROS	SERVIÇO	10	R\$ 10.233,33
<b>1.63</b>	GUARDA E SEGURANÇA DE TODO EQUIPAMENTO ENTREGUE ATÉ O FINAL DA INSTALAÇÃO	SERVIÇO	10	R\$ 10.250,73
<b>1.64</b>	INSTALAÇÃO DE MODULOS FOTOVOLTAICOS, INCLUSIVE ESTRUTURA	SERVIÇO	1.032	R\$ 307,00
<b>1.65</b>	DESLOCAMENTO, ESTADIA E ALIMENTAÇÃO DAS EQUIPES DE INSTALAÇÃO	SERVIÇO	10	R\$ 8.186,67
<b>1.66</b>	PROJETO AS BUILT	SERVIÇO	10	R\$ 12.280,00
<b>1.67</b>	AUTOMATIZAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DE SISTEMAS DE BOMBEAMENTO	SERVIÇO	10	R\$ 1.793,33
<b>1.68</b>	COMISSIONAMENTO DO SISTEMA	SERVIÇO	10	R\$ 7.680,00

1.4. Valor global estimado: R\$ 36.888.831,34.

## **02. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

**Base legal: Art. 6º, inciso XIII, e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

### **2.1. Classificação do objeto**

2.1.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

### **2.2. Bem de luxo**

2.2.1. Os itens não se enquadram como bens de luxo, sendo essenciais à eficiência energética.

### **2.3. Planejamento da contratação**

2.3.1. A contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que demonstrou sua viabilidade técnica, econômica e ambiental.

## **03 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.**

3.1. A fundamentação da contratação, bem como a justificativa dos quantitativos estimados, encontram-se devidamente pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documento que integra o presente Termo de Referência como seu anexo, em conformidade com a fase de planejamento da contratação

## **04 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.**

4.1. A descrição detalhada da solução adotada, incluindo suas características técnicas, modelo de execução e justificativa da escolha, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra este Termo de Referência como documento complementar.

4.2. Sem prejuízo do detalhamento constante no Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução poderá contemplar implantação descentralizada ou centralizada, conforme viabilidade técnica definida, considerando a melhor relação custo-benefício para a Administração.

## **05 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.**

5.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais e ambientais necessários à adequada execução do objeto, garantindo eficiência, segurança, qualidade e conformidade com a legislação vigente.

### **5.2. Requisitos Técnicos**

5.2.1. A contratada deverá fornecer e instalar sistema de geração de energia solar fotovoltaica do tipo on-grid (conectado à rede elétrica), incluindo todos os componentes necessários ao seu pleno funcionamento.

5.2.2. Os equipamentos deverão:

5.2.2.1. Ser novos, de primeiro uso;

5.2.2.2. Possuir certificação do INMETRO;

5.2.2.3. Atender às normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 16690 e correlatas);

5.2.2.4. Ser compatíveis entre si e com o sistema projetado;

5.2.2.5. Apresentar eficiência e desempenho compatíveis com o mercado;

5.2.2.6. Possuir garantia conforme padrão de mercado, respeitados, no mínimo, os prazos de garantia definidos neste Termo de Referência.

5.2.2.7. Potência mínima de 540 Wp;

5.2.2.8. Eficiência mínima de 20%;

5.2.2.9. Garantia mínima de 10 anos;

5.2.2.10. Garantia de performance de 25 anos;

### **5.3. Requisitos Operacionais**

5.3.1. A execução deverá contemplar:

5.3.1.1. Elaboração de projeto executivo com ART;

5.3.1.2. Aprovação junto à concessionária de energia elétrica;

5.3.1.3. Fornecimento e instalação completa dos sistemas;

5.3.1.4. Realização de testes e comissionamento;

5.3.1.5. Entrega do sistema em pleno funcionamento;

5.3.1.6. Orientação básica aos servidores quanto ao uso do sistema.

### **5.4. Requisitos Legais e Normativos**





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

5.4.1. A contratação deverá observar:

5.4.1.1. Normas da ANEEL relativas à geração distribuída;

5.4.1.2. Normas técnicas da ABNT;

5.4.1.3. Certificações do INMETRO;

5.4.1.4. Legislação ambiental vigente;

5.4.1.5. Normas de segurança do trabalho.

5.5. Requisitos de Sustentabilidade

5.5.1. A solução deverá:

5.5.1.1. Utilizar fonte de energia limpa e renovável;

5.5.1.2. Reduzir impactos ambientais;

5.5.1.3. Prever destinação adequada de resíduos;

5.5.1.4. Adotar boas práticas ambientais durante a execução.

5.6. Requisitos de Qualidade e Desempenho

5.6.1. O sistema deverá garantir:

5.6.1.1. Funcionamento contínuo e seguro;

5.6.1.2. Desempenho compatível com o dimensionamento;

5.6.1.3. Eficiência energética;

5.6.1.4. Redução efetiva dos custos com energia elétrica.

5.7. Requisitos de Garantia e Assistência Técnica

5.7.1. A contratada deverá:

5.7.1.1. Garantir os equipamentos e serviços;

5.7.1.2. Prestar suporte técnico durante o período de garantia;

5.7.1.3. Corrigir eventuais falhas sem ônus adicional.

5.8. Fiscalização e Comprovação

5.8.1. A execução será acompanhada por fiscal designado pela Administração, que verificará:

5.8.1.1. Conformidade com o projeto aprovado;

5.8.1.2. Qualidade dos materiais;

5.8.1.3. Funcionamento do sistema.

5.9. Subcontratação

5.9.1. A subcontratação será admitida para parcelas acessórias, desde que não comprometa a execução do objeto principal.

## **06 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.**

6.1. Forma de Execução

6.1.1. A execução do objeto será realizada de forma integrada (turn-key), compreendendo todas as etapas necessárias ao fornecimento e instalação dos sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, desde a elaboração do projeto até a entrega em pleno funcionamento.

6.2. Forma de Fornecimento

6.2.1. A execução ocorrerá conforme demanda da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço, observando o cronograma previamente aprovado.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

### 6.3. Etapas da Execução

6.3.1. A execução compreenderá, no mínimo:

6.3.1.1. Elaboração de projeto executivo com ART;

6.3.1.2. Aprovação junto à concessionária de energia elétrica;

6.3.1.3. Fornecimento dos equipamentos;

6.3.1.4. Instalação dos sistemas;

6.3.1.5. Comissionamento e testes;

6.3.1.6. Conexão à rede elétrica;

6.3.1.7. Entrega do sistema em funcionamento.

### 6.4. Prazo de Execução

6.4.1. O prazo de execução será de até 720 dias, conforme cronograma físico-financeiro, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço.

### 6.5. Local de Execução

6.5.1. Os serviços serão executados nas unidades administrativas indicadas pela Administração, conforme especificado no Termo de Referência e na Ordem de Serviço.

### 6.6. Condições de Recebimento

6.6.1. O objeto será recebido:

6.6.1.1. Provisoriamente – após a conclusão da instalação;

6.6.1.2. Definitivamente – após testes, validação e pleno funcionamento do sistema.

### 6.7 Responsabilidade da Contratada

6.7.1. A contratada será responsável por:

6.7.1.1. Execução integral do objeto;

6.7.1.2. Qualidade dos serviços;

6.7.1.3. Funcionamento do sistema;

6.7.1.4 Correção de falhas identificadas.

### 6.8 Fiscalização

6.8.1. A execução será acompanhada por fiscal designado pela Administração, que verificará:

6.8.1.1. Conformidade com o projeto;

6.8.1.2. Qualidade da execução;

6.8.1.3. Cumprimento dos prazos.

## **07 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

**Base legal: Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### Gestor do Contrato



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de Atesto de cumprimento de obrigações.

7.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **08 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

**Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.**

### **Recebimento**

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado ou não.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do Atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. O prazo de validade;

8.10.2. A data da emissão;

8.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. O período respectivo de execução do contrato;





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.10.5. O valor a pagar; e

8.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **09 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**Base legal: Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.**

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, considerando tratar-se de serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência.

##### **9.2. Modalidade de Licitação**

9.2.1. A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

##### **9.3. Critério de Julgamento**

9.3.1. O critério de julgamento adotado será o de: MENOR PREÇO GLOBAL. A proposta deverá considerar todos os custos diretos e indiretos.

##### **9.4 Justificativa do Critério de Julgamento**

9.4.1. A adoção do critério de menor preço global justifica-se em razão de:

9.4.1.1. Necessidade de execução integrada do objeto;

9.4.1.2. Interdependência técnica entre os componentes do sistema;

9.4.1.3. Responsabilidade única da contratada;

9.4.1.4. Maior eficiência na execução;

9.4.1.5. Inviabilidade técnica do parcelamento;

9.4.1.6. Obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

##### **9.5. Modo de Disputa**

9.5.1. Será adotado o modo de disputa: ABERTO, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

#### **9.6. Justificativa do Modo de Disputa**

9.6.1. O modo de disputa aberto foi escolhido por:

9.6.1.1. Proporcionar maior competitividade;

9.6.1.2. Permitir transparência no processo licitatório;

9.6.1.3. Possibilitar a obtenção de melhor propostas por meio de lances sucessivos.

#### **9.7. Participação dos Licitantes**

9.7.1. Poderão participar do certame empresas que:

9.7.1.1. Atuem no ramo compatível com o objeto;

9.7.1.2. Atendam às exigências do edital;

9.7.1.3. Comproven capacidade técnica e regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira.

### **10 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

**Base legal: Art. 66, Art. 67, Art. 68, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.**

#### **10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.1.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.1.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

10.1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.1.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2. Documento de Identificação do Representante Legal

10.2.1. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou representante legal da licitante, com o objetivo de verificar a legitimidade da representação.

10.2.2. A ausência do documento de identificação não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, podendo ser suprida mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. Serão considerados documentos oficiais de identificação, dentre outros:

- ✓ Carteira de Identidade (RG);
- ✓ Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ✓ Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- ✓ Passaporte.

10.2.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.5. Disposições Gerais

a) Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência e compatíveis com o objeto da licitação;

b) A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de documentos eletrônicos, quando admitido pelo instrumento convocatório;

c) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido não implicará, automaticamente, a inabilitação do licitante, podendo ser sanada mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando o porte e a complexidade do objeto, plenamente executável por empresas individualmente.

e) A vedação se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução contínua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada poderá comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.

10.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

10.3.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da legislação vigente:

10.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.3.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa.

10.3.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

10.3.1.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou ainda Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.3.2. Disposições Gerais**

a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública do certame;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei;

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista poderá observar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na legislação.

**10.4. Qualificação Econômico-Financeira**





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

10.4.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira, visando demonstrar capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples

10.4.1.2. Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.4.1.3. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

10.4.1.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.1.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG);

10.4.1.4.2. Liquidez Corrente (LC);

10.4.1.4.3. Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.1.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.4.1.6. Os Microempreendedores Individuais – MEI ficam dispensados da apresentação de balanço patrimonial, nos termos da legislação vigente.

10.4.1.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.1.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.4.1.9. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

**10.4.2. Disposições Gerais**

a) Os documentos deverão estar válidos e compatíveis com o objeto da contratação, na data da sessão pública;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, quando prevista em lei;

c) A exigência de qualificação econômico-financeira observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não sendo admitidas exigências excessivas ou desnecessárias;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

**10.5. Qualificação Técnica:**

10.5.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação técnica, demonstrando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.5.1.1. Atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) que o licitante executou ou esteja executando, de forma satisfatória, serviços de fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, compatíveis em características, complexidade e prazos com o objeto da presente contratação;

10.5.1.2. O (s) atestado (s) deverá (ão) conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição do objeto executado, o período de execução e o local da prestação dos serviços;

10.5.1.3. Será admitida a comprovação da capacidade técnica por meio da soma de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão do licitante para executar o objeto;

10.5.1.4. Quando exigível, deverá ser apresentada a comprovação de registro ou inscrição da empresa no conselho profissional competente, bem como a indicação de profissional legalmente habilitado responsável pela execução dos serviços;

10.5.1.5. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados.

10.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos Atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.5.3. Registro ou inscrição na entidade profissional competente CREA/CAU, em se tratando de empresa não registrada no CREA do Estado da BAHIA, deverá apresentar o registro do CREA do estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA até cinco dias antes da assinatura do contrato;

10.5.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.5.5. Apresentação do (s) profissional (is) abaixo indicado (s), devidamente registrado (s) no conselho profissional competente, detentor (es) de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação.

10.5.5.1. Um Engenheiro Civil - Serviços compatíveis com o objeto devidamente registrada do CREA:

10.5.5.2. Um Engenheiro Eletricista - Serviços compatíveis com o objeto devidamente registrada do CREA:

10.5.5.3. Um Técnico de Segurança do Trabalho devidamente registrado no órgão competente:

10.5.6. A natureza da relação do (s) profissional (is) com a licitante deverá ser comprovada, para fins de habilitação, por meio da apresentação, de um dos seguintes documentos:

a) Carteira de Trabalho;

b) Certidão do Conselho Profissional;

c) Contrato Social;

d) Contrato de Prestação de Serviços; ou

e) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

10.5.7. O (s) profissional (ais) indicado (s) na forma supra deverá (ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.5.8. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

10.5.8.1. Experiência Comprovada: Atestados que comprovem a execução de fornecimento, implantação e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica, os atestados devem ser emitidos por órgãos públicos ou privados e acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

10.5.9. Inscrição no Conselho Profissional: Comprovante de registro de pessoa jurídica expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), da regional da sede da licitante, demonstrando habilitação para desenvolver atividade relacionada ao objeto licitado;

10.5.10. Certidão de Acervo Técnico – CAT/ Atestados: Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da licitante (matriz ou filial), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, conforme Resolução 1.137/2023 do CONFEA e ART;

10.5.11. Quantitativos Mínimos e Parcelas de Maior Relevância: A comprovação operacional, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021), deverá demonstrar a execução mínima dos seguintes quantitativos;

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. DO PROJETO	QUANT. EXIGIDA
Execução de Sistema Fotovoltaico	KWP	3.790,80	900
Elaboração de Projeto e Instalação de Usina com Armazenamento	KWH	306	70,38
Fornecimento e Instalação de Inversores Híbridos de no mínimo 75kw	UN	3	1

10.5.12. Comprovação de Experiência Qualitativa: Além dos quantitativos exigidos no subitem anterior, a licitante deverá comprovar experiência na instalação, fornecimento dos itens através de Certidão de Acervo Técnico – CAT na execução dos seguintes serviços:

- Monitoramento e gestão de consumo de energia;
- Treinamento e parametrização de sistemas de bombeamento;
- Implantação de subestação elétrica com potência mínima de 75 KVA.
- Instalação de sistema Off Grid para Poços (com chave de Comutação/Transferência.
- Experiência com instalação Fornecimento e Instalação de Estrutura Metálica Fixação (Solo).
- Instalação e parametrização de sistema BMS para Baterias HV;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

10.5.13. Justificativa Técnica para Parcelas de Complexidade (Sistemas Off-Grid e Subestação):

10.5.13.1. Ainda que os sistemas fotovoltaicos off-grid e a implantação de subestação elétrica (mín. 75 kVA), considerados de forma isolada, não atinjam o limite percentual de 4% do valor global, ambos apresentam complexidade técnica superior, caracterizando-se como parcelas de relevante complexidade.

10.5.13.2. A complexidade do sistema off-grid decorre da integração de banco de baterias, inversores específicos, controladores de carga e automação para comutação de fontes (backup).

10.5.13.3. A subestação elétrica exige fornecimento, montagem, proteção, comissionamento e energização, sendo essencial para viabilizar a conexão e operação de todo o sistema elétrico objeto da contratação.

10.5.14. Fornecimento, instalação, comissionamento e manutenção de sistema de geração de energia solar fotovoltaica OFF-GRID e automação para comutação automática de fontes de energia, priorizando a geração solar, com backup pela concessionária, destinado ao atendimento das unidades da Prefeitura Municipal.

10.5.15. Ainda que os sistemas fotovoltaicos off-grid, considerados de forma isolada, não atinjam o limite percentual de 4% (quatro por cento) do valor global do orçamento, apresentam complexidade técnica superior aos sistemas on-grid. Tal complexidade decorre da integração de banco de baterias, inversores específicos e controladores de carga, além da necessidade de gestão avançada de energia autônoma, segurança operacional e proteção em corrente contínua de alta capacidade. A correta execução desses sistemas é imprescindível para o atendimento de localidades desprovidas de rede elétrica convencional, caracterizando-os, portanto, como parcela de relevante complexidade técnica, conforme os critérios estabelecidos na legislação aplicável.

10.5.16. Comprovação de capacidade técnica mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, acompanhado de CAT — Certidão de Acervo Técnico registrada no CREA, que comprove a execução de serviços de implantação de subestação elétrica com potência mínima de 75 kVA, incluindo fornecimento, montagem, proteção, comissionamento e energização, por se tratar de item essencial para viabilizar a conexão e operação do sistema elétrico objeto da contratação.

10.5.17. Ainda que a execução de serviços de implantação de subestação elétrica com potência mínima de 75 kVA, considerados de forma isolada, não atinjam o limite percentual de 4% (quatro por cento) do valor global do orçamento, apresentam complexidade técnica superior devido a necessidade de conexão dos projetos de energia solar. A correta execução desses sistemas é imprescindível para o atendimento de localidades desprovidas de rede elétrica convencional, caracterizando-os,





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

portanto, como parcela de relevante complexidade técnica, conforme os critérios estabelecidos na legislação aplicável.

10.5.18. Elaboração de projeto de usina solar fotovoltaica com armazenamento de no mínimo 50 (cinquenta) KWh de baterias;

10.5.19. Implantação de software de gestão de consumo e monitoramento de energia elétrica.

10.5.20. Quando couber, o atestado deverá ser acompanhado de anotação de responsabilidade técnica ART ou RRT, onde a licitante e o emissor do atestado figurem como parte na obra atestada.

10.5.21. Declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, indicando um Profissional Habilitado, para responder tecnicamente pelos serviços previstos no Edital, (indicar o nome e número de inscrição junto ao conselho de classe), cujo nome virá a constar da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou termo de Responsabilidade Técnica (TRT), relativa aos serviços em questão, devendo juntar a comprovação do vínculo do(s) profissional(s), mediante contrato de prestação de serviços ou outro instrumento contratual que demonstrem a identificação profissional. Quando se tratar de sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo dela.

10.5.22. Justificativa Técnica para Parcelas de Complexidade (Sistemas Off-Grid e Subestação):

10.5.22.1. Ainda que os sistemas fotovoltaicos off-grid e a implantação de subestação elétrica (mín. 75 kVA), considerados de forma isolada, não atinjam o limite percentual de 4% do valor global, ambos apresentam complexidade técnica superior, caracterizando-se como parcelas de relevante complexidade.

10.5.22.2. A complexidade do sistema off-grid decorre da integração de banco de baterias, inversores específicos, controladores de carga e automação para comutação de fontes (backup).

10.5.22.3. A subestação elétrica exige fornecimento, montagem, proteção, comissionamento e energização, sendo essencial para viabilizar a conexão e operação de todo o sistema elétrico objeto da contratação.

## **11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**Base legal: Arts. 92, 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.**

11.1. A contratada obriga-se a:

11.2. Execução do Objeto

11.2.1. Executar integralmente o objeto contratado, compreendendo o fornecimento, instalação, comissionamento e entrega em funcionamento dos sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, conforme especificações deste Termo de Referência.

11.3. Projeto e Regularização

11.3.1. Elaborar projeto executivo com emissão de ART;

11.3.2. Promover aprovação junto à concessionária de energia



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

elétrica;

11.3.3. Atender às normas técnicas aplicáveis (ANEEL, ABNT e INMETRO).

11.4. Fornecimento dos Equipamentos

11.4.1. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso;

11.4.2. Garantir a qualidade e conformidade dos materiais;

11.4.3. Assegurar compatibilidade entre os componentes do sistema.

11.5. Instalação e Execução

11.5.1. Realizar a instalação completa dos sistemas;

11.5.2. Cumprir os prazos estabelecidos;

11.5.3. Utilizar mão de obra qualificada.

11.6. Testes e Comissionamento

11.6.1. Realizar testes operacionais;

11.6.2. Executar o comissionamento do sistema;

11.6.3. Garantir o pleno funcionamento antes da entrega.

11.7. Segurança e Normas Técnicas

11.7.1. Cumprir normas de segurança do trabalho;

11.7.2. Fornecer EPIs aos trabalhadores;

11.7.3. Adotar medidas para prevenção de riscos.

11.8. Responsabilidade Técnica

11.8.1. Manter responsável técnico habilitado durante toda a execução;

11.8.2. Garantir acompanhamento técnico contínuo.

11.9. Correção de Falhas

11.9.1. Corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas, defeitos ou inconsistências identificadas;

11.9.2. Substituir equipamentos que apresentem defeitos.

11.10. Garantia dos Serviços e Equipamentos

11.10.1. Garantir os serviços executados;

11.10.2. Assegurar garantia dos equipamentos conforme especificações;

11.10.3. Prestar assistência técnica durante o período de garantia.

11.11. Responsabilidade por Danos

11.11.1. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros;

11.11.2. Reparar prejuízos decorrentes de falhas na execução.

11.12. Obrigações Trabalhistas e Fiscais

11.12.1. Cumprir obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

11.12.2. Responsabilizar-se integralmente por seus empregados.

11.13. Apoio à Fiscalização

11.13.1. Permitir e facilitar a fiscalização do contrato;

11.13.2. Prestar informações sempre que solicitado.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.14. Entrega do Objeto

11.14.1. Entregar o sistema em pleno funcionamento;

11.14.2. Fornecer documentação técnica e manuais;

11.14.3. Orientar a Administração quanto à operação do sistema.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**Base legal: Arts. 92, 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021.**

12.1. A contratante obriga-se a:

12.2. Acompanhamento e Fiscalização

12.2.1. Designar fiscal (is) do contrato;

12.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

12.2.3. Verificar a conformidade com o Termo de Referência e o

12.3. Disponibilização de Informações e Acesso

12.3.1. Disponibilizar à contratada todas as informações necessárias à execução do objeto;

12.3.2. Permitir acesso às unidades onde serão realizados os serviços;

12.3.3. Indicar responsáveis locais para apoio à execução.

12.4. Condições para Execução

12.4.1. Garantir condições adequadas para instalação dos sistemas;

12.4.2. Viabilizar o acesso à rede elétrica das unidades;

12.4.3. Fornecer, quando necessário, documentos e autorizações institucionais.

12.5. Recebimento do Objeto

12.5.1. Receber o objeto provisoriamente após a conclusão da instalação;

12.5.2. Realizar testes e validações para recebimento definitivo;

12.5.3. Recusar serviços em desconformidade com o contrato.

12.6. Pagamento

12.6.1. Efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas no contrato;

12.6.2. Observar as medições e atestos da fiscalização;

12.6.3. Cumprir os prazos previstos para pagamento.

12.7. Comunicação com a Contratada

12.7.1. Notificar a contratada sobre falhas ou irregularidades;

12.7.2. Solicitar correções quando necessárias;

12.7.3. Formalizar demandas por meio de Ordem de Serviço.

12.8. Apoio Institucional

12.8.1. Intermediar, quando necessário, tratativas com a concessionária de energia.

12.8.2. Apoiar a execução do objeto dentro das competências administrativas.

12.9. Gestão do Contrato



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- 12.9.1. Manter controle sobre prazos e execução;
- 12.9.2. Registrar ocorrências contratuais;
- 12.9.3. Adotar providências em caso de descumprimento.

### **13 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**Base legal: Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.**

#### 13.1. Exigência da Garantia

13.1.1. Poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser elevada até 10% (dez por cento), mediante justificativa técnica.

#### 13.2. Modalidades de Garantia

13.2.1. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

13.2.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

13.2.1.2. Seguro-garantia;

13.2.1.3. Fiança bancária.

#### 13.3. Escolha da Modalidade

13.3.1. A escolha da modalidade de garantia caberá à contratada.

#### 13.4. Prazo para Apresentação

13.4.1. A garantia deverá ser apresentada:

13.4.1.1. Até a assinatura do contrato, no caso de seguro-garantia;

13.4.1.2. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, nas demais modalidades.

#### 13.5. Vigência da Garantia

13.5.1. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, sendo liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas.

#### 13.6. Execução da Garantia

13.6.1. A garantia poderá ser utilizada para:

13.6.1.1. Ressarcimento de prejuízos causados à Administração;

13.6.1.2. Pagamento de multas contratuais;

13.6.1.3. Cobertura de inadimplemento das obrigações contratuais.

#### 13.7. Disposições Complementares

13.7.1. As condições detalhadas relativas à prestação, manutenção, utilização e eventual execução da garantia serão disciplinadas no contrato administrativo.

### **14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Base legal: Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.**

#### 14.1. Disposições Gerais

14.1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, a contratada ficará sujeita às



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**14.2. Sanções Aplicáveis**

14.2.1. Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

14.2.1.1. Advertência;

14.2.1.2. Multa;

14.2.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a administração pública;

14.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**14.3 Multas**

14.3.1. A contratada estará sujeita à aplicação de multas, nos seguintes termos:

14.3.1.1. Multa de mora, em caso de atraso injustificado na execução do objeto;

14.3.1.2. Multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial do contrato.

14.3.2. Os percentuais e condições de aplicação serão definidos no contrato administrativo.

**14.4. Impedimento de Licitar e Contratar**

14.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos.

**14.5. Declaração de Inidoneidade**

14.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**14.6. Procedimento**

14.6.1. A aplicação das sanções observará:

14.6.1.1. Instauração de processo administrativo;

14.6.1.2. Garantia do contraditório e da ampla defesa;

14.6.1.3. Motivação da decisão administrativa.

**14.7 Registro das Penalidades**

14.7. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, conforme legislação vigente.

**15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.**

**15.1. Valor Estimado**

15.1.1 O custo estimado total da contratação é de: **R\$ 36.888.831,34 (Trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e oito reais, oitocentos e trinta e um de reais, trinta e quatro centavos).**

**15.2. Metodologia de Formação de Preços**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

15.2.1. O valor estimado foi apurado com base em pesquisa de mercado, realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando:

15.2.1.1. Levantamento junto a fornecedores do ramo;

15.2.1.2. Consultas a contratações similares da Administração Pública;

15.2.1.3. Utilização de parâmetros oficiais e bases de dados disponíveis.

15.3. Natureza do Valor Estimado

15.3.1. O valor possui caráter estimativo, podendo variar conforme as condições efetivas da contratação e as propostas apresentadas no certame.

**16 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**Base legal: Art. 7º da Lei nº 14.133/2021.**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

<b>Unidade</b>	<b>Projeto Atividade</b>	<b>Elemento Despesa</b>	<b>Fonte Pagadora</b>
0201 Secretaria de Governo	2057 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Governo	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0301 Secretaria Municipal de Administração	2041 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17530000





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

			Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação 2027 Manutenção e Desenvolvimento do EJA 2028 Manutenção do Transporte Escolar 2045 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil- Pré-Escola 2046 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental 2061 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil- Creche	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15001001 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 15420000 Transferências do FUNDEB - Complementação o da União - VAAT 15430000 Transferências do FUNDEB - Complementação o da União – VAAR 15500000 Transferência do Salário Educação 15530000 Transferências de Recursos do FNDE PNATE 15440000 Recursos de Precatórios do FUNDEF



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

<p>0601 Secretaria de Saúde</p>	<p>2006 Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde 2014 Manutenção do Funcionamento das Unidades Básicas de Saúde 2017 Manutenção do Funcionamento das Unidades de Saúde da Família 2018 Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Média e Alta Complexidade 2052 Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS) 2020 Manutenção de Vigilância Sanitária</p>	<p>3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações</p>	<p>15001002 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde 16000000 Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção 16210000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual</p>
<p>0701 Secretaria Infraestrutura e Serviços Públicos</p>	<p>2013 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública 2015 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura</p>	<p>3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações</p>	<p>15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17040000 Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais</p>



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

			17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17500000 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE
0801 Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza	2055 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0802 Fundo Municipal de Assistência Social	2034 Manutenção do Programa Primeira Infância/Criança Feliz 2037 Gestão das Ações Administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social 2039 Manutenção dos Serviços de Proteção	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 16610000 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	<p>Especializado 2049 Manutenção da Proteção Básica 2050 Manutenção do Programa de Bolsa Família e do Cadastro Único 2051 Manutenção do Único Sistema de Assistência Social- IGD/SUAS</p>		
<p>0803 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente</p>	<p>2033 Manutenção do Conselho Tutelar</p>	<p>3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações</p>	<p>15000000 Recursos não vinculados de Impostos</p>
<p>0901 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico</p>	<p>2040 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente</p>	<p>3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações</p>	<p>15000000 Recursos não vinculados de Impostos</p>

16.2. As despesas encontram-se compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo às exigências legais vigentes.

**17 - SUSTENTABILIDADE / IMPACTO AMBIENTAL:**

**Base legal: art. 18, §1º, xii da lei nº 14.133/2021.**

17.1. As diretrizes, requisitos e análise de impacto ambiental da contratação encontram-se devidamente detalhados no estudo técnico preliminar – ETP, anexo a este termo de referência, especialmente no que se refere:

- 17.1.1. À utilização de fonte de energia limpa e renovável;
- 17.1.2. À redução da emissão de gases de efeito estufa;
- 17.1.3. Às medidas mitigadoras de impactos ambientais;
- 17.1.4. Às boas práticas ambientais na execução do objeto.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

17.2. Dessa forma, a presente contratação observa integralmente os requisitos de sustentabilidade e impacto ambiental previstos na legislação vigente, em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso XII da lei nº 14.133/2021.

#### **18- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO:**

**Base legal: Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.**

18.1. A justificativa quanto ao parcelamento ou não do objeto encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, anexo a este Termo de Referência, no qual foi demonstrada a inviabilidade técnica e econômica do parcelamento, em razão da natureza integrada da solução adotada.

18.2. Dessa forma, a contratação será realizada de forma não parcelada, considerando:

18.2.1. A interdependência técnica entre os componentes do sistema;

18.2.2. A necessidade de responsabilidade técnica unificada;

18.2.3. A maior eficiência operacional e economicidade da contratação integrada;

18.2.4. A adoção do modelo “turn-key” (chave na mão), prática consolidada no mercado.

18.3. Assim, resta atendido o disposto no art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

#### **19 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**Base legal: Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.**

19.1. Vigência Contratual

19.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado.

19.2. Prazo de Execução

19.2.1. O prazo de execução dos serviços será definido em cronograma físico-financeiro, a ser apresentado pela contratada e aprovado pela Administração, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço.

19.3. Prorrogação

19.3.1. O contrato poderá ser prorrogado, observadas as hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em casos de:

19.3.1.1. Necessidade de adequação do cronograma;

19.3.1.2. Fatos supervenientes devidamente justificados;

19.3.1.3. Interesse da administração.

19.4. Vinculação ao Objeto

19.4.1. O prazo de vigência contratual encontra-se compatível com a natureza do objeto, considerando tratar-se de contratação de serviços de engenharia com execução por etapas e necessidade de acompanhamento técnico.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **20 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Base legal: Lei nº 14.133/2021.**

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, competitividade, economicidade e julgamento objetivo.

20.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os documentos que compõem a fase preparatória da contratação, especialmente:

20.2.1. Documento da Formalização da Demanda – DFD;

20.2.2. Estudo Técnico Preliminar – ETP;

20.2.3. Pesquisa de preços;

20.2.4. Demais documentos que instruem o processo administrativo.

20.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à matéria.

20.4. A execução contratual observará, integralmente, as disposições constantes neste Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo.

**Quijingue/BA, em 06 de abril de 2026.**

**Alexandre Mota Souza**  
**Secretário Municipal de Infraestrutura**

**Chiara Santana Ferreira**  
**Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico**

**Delma Conceição Silva Rocha**  
**Secretária Municipal de Educação**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**  
**Secretária Municipal de Saúde**

**Sélia Alves Soares**  
**Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza**





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **DESPACHO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO**

Considerando a necessidade de atendimento às demandas administrativas das Secretarias Municipais envolvidas, bem como a adequada instrução do processo administrativo correspondente;

Considerando que o Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, contendo a descrição do objeto, requisitos da contratação, estimativa de custos, critérios de seleção do fornecedor e demais elementos indispensáveis à regular deflagração do procedimento licitatório;

Considerando a existência de previsão orçamentária suficiente para suportar a despesa, conforme demonstrado nos autos;

**APROVO o Termo de Referência**, por atender às exigências legais e técnicas pertinentes;

**AUTORIZO o prosseguimento do processo administrativo**, com a adoção das providências necessárias à realização do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da legislação vigente.

Encaminhem-se os autos ao setor competente para as providências subsequentes.

**Quijingue/BA, em 06 de abril de 2026.**

**José Romero Rocha Matos Filho**  
**Prefeito Municipal de Quijingue**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**  
**ANEXO III**  
**CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: ..... (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

**Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (do representante legal)

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**  
**ANEXO IV**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**

A  
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>FONE/FAX:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>E-MAIL:</b>		<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>		
<b>DADOS BANCÁRIOS:</b>		

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), destinados às unidades administrativas do Município de Quijingue/BA, incluindo Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social, Educação e Saúde, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						
<b>RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE</b>						
_____				____/____/____		
LOCAL				DATA		
_____ ASSINATURA						

**Observações:**

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**  
**ANEXO V**  
**MODELO DE CREDENCIAL**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº .....,  
com sede à ....., neste ato representado pelo (s) (diretores  
ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade,  
estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato,  
nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a)  
....., (nacionalidade, estado civil, profissão),  
portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela .....,  
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da  
Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº .....  
como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao  
Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao  
procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
PE011/2026PMQ, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de  
recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais  
condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar  
quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome  
do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal  
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**  
**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÕES**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**

Sr. Pregoeiro,

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_ e CPF Nº \_\_\_\_\_, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei Nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Sim ( ) Não ( )**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

**Sim ( ) Não ( )**

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

**Sim ( ) Não ( )**

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

**Sim ( ) Não ( )**

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

**Sim ( ) Não ( )**

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):

**Sim ( ) Não ( )**





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- Que a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, quanto a participar ou não da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;

- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e

- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

**(Município sede da empresa), \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_  
**Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa**

**(Cargo/Função)**

**Doc. de Identidade Nº \_\_\_\_\_**

**CPF Nº \_\_\_\_\_**

**(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)**

EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**  
**ANEXO VII**  
**MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX**

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES:**

**CONTRATANTE:** De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (ª) **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA PRÉVIA:**

As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 036/2026 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), destinados às unidades administrativas do Município de Quijingue/BA, incluindo Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social, Educação e Saúde**, PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:**

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e seu fim no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Mº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:**

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)**, pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO:**

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA:**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

#### **Multa:**

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.

<b>Unidade</b>	<b>Projeto Atividade</b>	<b>Elemento Despesa</b>	<b>Fonte Pagadora</b>
0201 Secretaria de Governo	2057 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Governo	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0301 Secretaria Municipal de Administração	2041 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17530000 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação 2027	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	15001001 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	<p>Manutenção e Desenvolvimento do EJA 2028</p> <p>Manutenção do Transporte Escolar 2045</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil-Pré-Escola 2046</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental 2061</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil-Creche</p>	<p>4.4.90.51.00</p> <p>Obras e Instalações</p>	<p>Desenvolvimento do Ensino 15400000</p> <p>Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 15420000</p> <p>Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 15430000</p> <p>Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR 15500000</p> <p>Transferência do Salário Educação 15530000</p> <p>Transferências de Recursos do FNDE PNATE 15440000</p> <p>Recursos de Precatórios do FUNDEF</p>
<p>0601</p> <p>Secretaria de Saúde</p>	<p>2006</p> <p>Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde 2014</p> <p>Manutenção do Funcionamento das Unidades Básicas de Saúde 2017</p> <p>Manutenção do Funcionamento das Unidades de Saúde da Família</p>	<p>3.3.90.39.00</p> <p>Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00</p> <p>Obras e Instalações</p>	<p>15001002</p> <p>Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde 16000000</p> <p>Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção 16210000</p> <p>Transferências</p>



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	2018 Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Média e Alta Complexidade 2052 Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS) 2020 Manutenção de Vigilância Sanitária		Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
0701 Secretaria Infraestrutura e Serviços Públicos	2013 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública 2015 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17040000 Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17500000 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

0801 Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza	2055 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0802 Fundo Municipal de Assistência Social	2034 Manutenção do Programa Primeira Infância/Criança Feliz 2037 Gestão das Ações Administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social 2039 Manutenção dos Serviços de Proteção Especializado 2049 Manutenção da Proteção Básica 2050 Manutenção do Programa de Bolsa Família e do Cadastro Único 2051 Manutenção do Único Sistema de Assistência Social- IGD/SUAS	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 16610000 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
0803 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	2033 Manutenção do Conselho Tutelar	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa	15000000 Recursos não vinculados de Impostos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

		Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	
0901 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico	2040 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (ª). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Quijingue – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Quijingue (BA), \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*.

**Prefeitura Municipal de Quijingue**  
CNPJ sob Nº 13.698.782/0001-26  
**José Romero Rocha Matos Filho**  
Representante legal do CONTRATANTE

**Fundo Municipal de \*\*\*\*\* de Quijingue**  
CNPJ Nº \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Gestora Fundo  
**Contratante**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Contratada**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026**  
**ANEXO VIII**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX / XXXX**

No dia \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*, no **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor:

Representante:

Email:

CNPJ:

Telefone:

Endereço:

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ \*\*\*\*\*

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até \*\*/\*\*/\*\*\*\*, a contar do dia \*\*/\*\*/\*\*\*\*.

**CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:**

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 - Os pagamentos devidos à Fornecedorora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

#### **CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:**

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE011/2026PMQ**.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

#### **CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:**

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

#### **CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:**

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal Nº 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

#### **CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal Nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

**CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:**

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

**CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

**CLÁUSULA 13ª - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal Nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal Nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

#### **CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

#### **CLÁUSULA 16ª – DO FORO**

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Euclides da Cunha – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

**JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX